

A Divulgação Debate nos Jornais *O Liberal* e *A Crítica*: Uma Análise da Construção do Discurso sobre as Causas e Consequências do Desmatamento na Amazônia¹

**The Disclosure Debate in the Newspapers “O Liberal” ” and “A Crítica”:
An Analysis of the Construction of Discourse Concerning the Causes and
Consequences of Deforestation in the Amazon**

Gilmar dos Reis Ribeiro²
Cristiane Cataldi dos Santos Paes³

RESUMO: Neste trabalho, propomos analisar a construção do discurso sobre o desmatamento na Amazônia, suas causas e consequências, veiculado nos jornais *O Liberal* e *A Crítica*, a fim de contribuir para a reflexão sobre a formação dos discursos públicos na mídia impressa brasileira. O *corpus* de pesquisa é formado por 38 matérias publicadas no ano de 2011 (26 do jornal *O Liberal* e 12 do *A Crítica*). Baseando-nos na perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso da Divulgação Científica (CALSAMIGLIA, 1997; CASSANY, LÓPEZ e MARTÍ, 2000; CATALDI, 2011; 2008; 2003; CIAPUSCIO, 1997; FERRERO, 2011), identificamos e analisamos os posicionamentos dos atores sociais procedentes de diversos âmbitos da sociedade, observando como se realiza a participação deles na Divulgação Debate. Verificamos, a partir das análises, que a divulgação debate no jornal *O Liberal* foi a que mais favoreceu o debate social, pois, diferentemente do *A Crítica*, contou com a participação dos *âmbitos social* e *jurídico*. Analisando os posicionamentos dos atores sociais, constatamos que, muitas vezes, a problemática ‘desmatamento’ é abordada superficialmente e a relação causa/consequência/desmatamento raramente ocorreu de forma direta. De modo geral, apesar da diversidade de âmbitos participantes da divulgação debate, cada âmbito tratou o tema a partir de suas próprias práticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso. Divulgação Debate. Desmatamento.

¹ Este artigo integra a dissertação intitulada “Desmatamento na Amazônia – causas e consequências: uma análise da construção do discurso ambiental nos jornais *O Liberal* e *A Crítica*” (2014), apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Letras, da Universidade Federal de Viçosa, sob a orientação da professora Cristiane Cataldi dos Santos Paes.

² Mestre em Letras pela Universidade Federal de Viçosa.

³ Doutora em Linguística pela Universidade Pompeu Fabra - Barcelona/Espanha (2003). Atualmente é Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

1 Introdução

Os problemas ambientais no Brasil e no mundo desencadeiam uma série de polêmicas que, em geral, geram importantes debates sociais. Questionamentos sobre suas causas e consequências, sobre os responsáveis por originá-los e combatê-los enriquecem o debate e, ao mesmo tempo, podem levar a discussões contraditórias. A possibilidade de dialogar, fazer emergir e promover reflexões sobre essas contradições é um dos motivos instigantes para o pesquisador social e, em especial, para o analista do discurso preocupado com as questões ambientais que afetam a relação entre os homens e deles com a natureza. Nesse sentido, por ser o desmatamento um tema que engloba discussões conflitantes, consideramos relevante analisar o discurso midiático que é veiculado na Região Amazônica, de onde o debate em relação a esse problema socioambiental parte com mais força, uma vez que essa região lidera os índices de perda florestal no país.

O objetivo deste trabalho é analisar a construção do discurso ambiental veiculado pelos jornais *O Liberal* (do Estado do Pará) e *A Crítica* (do Estado do Amazonas) sobre o tema ‘desmatamento na Amazônia, suas causas e consequências’, no decorrer do ano de 2011, a fim de contribuir para a reflexão sobre a formação dos discursos públicos, na mídia impressa brasileira.

Para tanto, a partir da perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso da Divulgação Científica, pretendemos verificar como se dá a construção do discurso quanto ao tema em questão, observando as nuances da divulgação debate, a partir dos diversos posicionamentos sobre o tema.

A pesquisa envolveu a análise de 38 textos publicados no ano de 2011, nos jornais *O Liberal* e *A Crítica*. Os dados foram coletados das versões digitais dos dois jornais, em seus cadernos de temas gerais, tendo como critério de seleção matérias que contemplassem a presença de posicionamentos favoráveis e contrários em torno do debate sobre o desmatamento na Amazônia, suas causas e consequências.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, guiamo-nos pelas seguintes questões: 1) Quais são os posicionamentos dos atores sociais envolvidos na divulgação debate dos jornais *O Liberal* e *A Crítica*, quanto ao desmatamento na Amazônia, suas causas e consequências? 2) Em que medida se constrói o debate social na mídia impressa, a partir da divulgação desse tema?

Acreditamos que responder a essas questões, ao analisar a construção do discurso veiculado por esses jornais, pode levar ao entendimento de como o desflorestamento na Amazônia pode ser compreendido e visto pela sociedade. Sabendo que uma das finalidades da divulgação científica⁴ é tornar acessível a um maior número

⁴ Albagli (1996) aponta os seguintes papéis da Divulgação Científica, associando-os a diferentes objetivos: 1) **Educacional**: ampliar o conhecimento, a compreensão e o interesse do público leigo a respeito do processo científico e suas inter-relações; 2) **Cívico**: desenvolver opinião pública com base em informações sobre os impactos do desenvolvimento científico e tecnológico na sociedade, ampliando a consciência cidadã quanto às questões sociais, econômicas e ambientais relacionadas a esse desenvolvimento; 3) **Mobilização popular**: possibilitar uma maior e melhor participação da sociedade, instrumentalizando esta, por meio da informação científica, a colaborar na formulação de políticas públicas e na escolha de alternativas tecnológicas.

de leitores o conhecimento científico, analisar esse discurso pode nos levar a tomar consciência dos interesses (políticos, sociais, econômicos, ambientais dentre outros) envolvidos na divulgação dessa questão ambiental.

O debate do tema em questão é necessário e bastante significativo para os estudos no campo da Análise do Discurso porque nos permite verificar as redes de relações sociais, políticas e econômicas que envolvem as questões ambientais e que se manifestam discursivamente nos meios de comunicação. Analisar como esses dois jornais, situados na Amazônia, divulgam o desflorestamento é também uma forma de observar como as questões científicas referentes a essa temática se inserem nessas redes de relações e como esses conhecimentos são transmitidos ao grande público.

A seguir, apresentaremos como foi organizado e tratado nosso *corpus* com base na perspectiva teórico-metodológica selecionada.

2 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa tem como base teórico-metodológica a Análise do Discurso da Divulgação Científica (CALSAMIGLIA, 1997); (CASSANY; LÓPEZ; MARTÍ, 2000); (CATALDI, 2011; 2008; 2003); (CIAPUSCIO, 1997) e (FERRERO, 2011), com foco na análise da Divulgação Debate em torno do tema “Desmatamento na Amazônia, causas e consequências”. O estudo parte da investigação de como se realiza o debate social nos jornais *O Liberal* e *A Crítica*, tendo como base a identificação dos atores participantes na divulgação e seus posicionamentos contrários ou favoráveis acerca do tema. Por serem de diversos âmbitos sociais, distribuímos os atores sociais nas seguintes categorias⁵: 1) **Social**: público em geral; 2) **Político**: autoridades políticas; 3) **Científico**: órgãos oficiais de pesquisa, pesquisadores e instituições de pesquisa; 4) **Ambiental**: órgãos oficiais de ação ambiental; 5) **Ecológico**⁶: Organizações Não-Governamentais e/ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); 6) **Econômico**: entidades e representantes do setor; e 7) **Jurídico**: advogados.

Para organização e tratamento dos dados, distribuímos em planilhas todos os posicionamentos dos atores sociais participantes da divulgação debate, categorizando-os como ‘causa’ ou ‘consequência’ em relação ao tema em questão. Baseando-nos na perspectiva teórico-metodológica escolhida, identificamos e analisamos esses posicionamentos.

Foram analisadas 38 matérias publicadas no ano de 2011, nos jornais *O Liberal* e *A Crítica*. Para tanto, por meio da busca da palavra-chave ‘desmatamento’, na versão digital dos dois jornais, foram coletadas todas as matérias que contemplassem a presença de posicionamentos favoráveis e contrários no debate sobre o desmatamento

⁵ Essa classificação foi feita com base em Cataldi (2003) que, em sua tese de doutorado, subdivide os âmbitos em subâmbitos. Ao analisar o *corpus* em questão, optamos por considerar apenas a classificação em âmbitos, evidenciando seus atores sociais participantes.

⁶ O termo ‘ecológico’ foi escolhido para denominar o âmbito social que abarca as ONG devido ao fato de as que aparecem nos nossos dados terem como foco a defesa do equilíbrio entre o homem e o seu meio natural. O *âmbito ecológico* não se confunde com o *âmbito ambiental* por este envolver apenas os órgãos oficiais responsáveis por fiscalizar, controlar e implementar políticas e leis ambientais.

na Amazônia, suas causas e consequências, sendo 26 ocorrências do jornal *O Liberal* e 12 do *A Crítica*. Os textos selecionados contemplam os seguintes gêneros⁷: notícia, reportagem, entrevista, nota e artigos de opinião. Os textos foram coletados dos cadernos *Atualidades*, do jornal *O Liberal*, e *Caderno A*, do jornal *A Crítica*, escolhidos por tratarem de temas gerais, como educação, saúde, meio ambiente, etc., o que pode favorecer a ocorrência do debate social nas matérias publicadas.

A seguir, apresentaremos algumas questões teórico-metodológicas que norteiam esta pesquisa.

3 A Análise do Discurso da Divulgação Científica e a Divulgação Debate

Em linhas gerais, a divulgação científica consiste em tornar pública a ciência. Essa prática pode ocorrer por meio de revistas (como *Ciência Hoje*, *Galileu*, *Superinteressante*, etc.), jornais (em seus cadernos ou suplementos de ciência⁸), eventos científicos (por meio dos seus variados gêneros) etc. A prática de tornar o conhecimento científico acessível ao grande público é entendida como uma forma de promover a democracia, já que permite que a ciência chegue à sociedade. Nesse sentido, estudar o discurso midiático é buscar compreender como os meios de comunicação podem colaborar ou não com a democratização ou popularização do conhecimento científico, ao tornar acessíveis ao grande público os temas que outrora faziam parte apenas das instituições acadêmicas e governamentais. Perceber como o discurso ambiental é construído e veiculado e quais são os meandros da constituição desse discurso, bem como qual a sua contribuição para a adoção de uma postura cidadã, tem grande relevância na atualidade para a democratização dos saberes da ciência em relação ao meio ambiente.

Ciapuscio (1997), a partir da perspectiva da Linguística Textual, destaca que a elaboração do texto jornalístico de divulgação científica representa uma ação reformulativa geral de um conteúdo ligado a determinada fonte científica, tendendo à referencialidade, mas que envolve aspectos emotivos da linguagem. Para que o discurso científico seja compreendido pelo grande público, os dados científicos devem ser reelaborados a partir de diversos procedimentos linguístico-discursivos. Por meio de um complexo circuito que envolve a sociedade e a ciência, conhecimento e discurso científicos ‘adaptam-se’, ‘reelaboram-se’ ou ‘recontextualizam-se’ dinamicamente em cada novo canal ou situação comunicativa (CASSANY, LÓPEZ e MARTÍ, 2000, p. 75). Trata-se do processo de recontextualização que se caracteriza pela ‘re-criação’ do conhecimento científico visando a um público específico (CALSAMIGLIA *et al*, 2001; CASSANY *et al*, 2000 *apud* CATALDI, 2008).

De acordo com Calsamiglia (1998 *apud* CATALDI, 2003; 2011), a presença de diversas vozes que interagem com o conhecimento divulgado e que têm interesses variados em relação a determinado assunto tende a transformar a divulgação científica

⁷ Como cada gênero discursivo influencia na construção da opinião dos atores envolvidos na divulgação, a seleção dos textos do *corpus* foi guiada pelo critério temático.

⁸ Segundo Oliveira (2005, p. 47), “a informação científica pode estar presente em qualquer editoria: geral, de política, de economia e até de polícia e de esportes”.

em divulgação debate. Assim, por um lado, a configuração da divulgação debate depende da escolha do assunto a ser divulgado, de como e porquê divulgá-lo, de quem recebe voz nas matérias (quais prós e contras inserir), de como representar o discurso das esferas interessadas no assunto, etc. Por outro lado, uma maior publicidade e abertura do debate pode assegurar “uma divisão mais justa do poder, do saber, da informação e das responsabilidades”⁹ (SINACEUR; WOLTON, 1996, p. 48 *apud* CATALDI, 2003, p. 64).

A presença do debate na divulgação da ciência tem, portanto, um caráter emancipatório, já que, de acordo com Cataldi (2003, p. 2), “o acesso ao conhecimento científico permite a adaptação às novas exigências tecnológicas e a atuação nos processos de mudança sociocultural”¹⁰. A divisão de poder e responsabilidade é, nesse sentido, oriunda do acesso à informação que, na divulgação debate, não é unilateral, mas marcada pela polifonia. A presença da polifonia é o que constitui o debate social na divulgação, pois este diz respeito à manifestação pública de opiniões díspares, de diversas esferas sociais, acerca de um tema de interesse amplo (BAÑÓN HERNANDEZ, 2002 *apud* CATALDI, 2003).

Considerando a presença da polifonia nas matérias jornalísticas, é importante destacar que as vozes escolhidas (e seu conteúdo) ao serem citadas garantem ao jornalista respaldo de autoridade às informações, mas também revelam conflitos de interesses (FERRERO, 2011). Nesse sentido,

o diálogo ou a polêmica, o debate ou o alerta social, que determinadas informações sobre a ciência na imprensa diária provocam se explicam muitas vezes pela forma como se representa o que dizem ou disseram os diferentes atores envolvidos em determinado tema científico (FERRERO, 2011, p. 94).

Ferrero (2011, p. 94) defende que “citar palavras de outrem supõe alterar o contexto comunicativo: o discurso que se cita é diferente do discurso original, do qual procedem as palavras citadas. Essa recontextualização do discurso transforma as palavras ditas, sua forma e seu conteúdo”.

De acordo com Calsamiglia (1997), o divulgador não é um elemento de transmissão neutra, mas sim um criador do novo sentido que o conhecimento pode adquirir ao se contextualizar na vida social. Enquanto resultado da negociação entre seus interlocutores, a divulgação, semelhante a qualquer outro processo discursivo, não é uma prática objetiva, neutra ou desvinculada de pessoas e interesses (CASSANY, LÓPEZ e MARTÍ, 2000). A análise da divulgação debate, portanto, pode nos levar a perceber os posicionamentos divergentes ou coincidentes nas vozes dos diversos atores sociais que participam da divulgação.

Sabendo-se que o discurso enquanto prática social é articulado por meio do uso linguístico contextualizado (CALSAMIGLIA; TUSÓN, 1999 *apud* CATALDI, 2003), a

⁹ Tradução nossa para: “cuanto más público y abierto sea el debate hay más garantías de un reparto más justo del poder, del saber, de la información y de las responsabilidades”.

¹⁰ Tradução nossa para: “El acceso al conocimiento científico permite adaptarse a las nuevas exigencias tecnológicas y actuar en los procesos de cambio sociocultural”.

identificação dos atores sociais que participam do discurso sobre determinado tema e do grau de participação deles nesse discurso pode levar à percepção de como essa prática ocorre. Diante disso, a investigação dos processos que formam o dizer, e re-dizer, do tema científico, nos jornais supracitados, pode ajudar a compreender a formação social e as posturas da sociedade em relação aos problemas socioambientais, promovendo, assim, a reflexão sobre eles.

Para isso, apresentaremos, a seguir, uma amostra das nossas análises, destacando as causas e as consequências que aparecem atreladas à participação dos atores de diversos âmbitos e como essas são apresentadas nos jornais em questão.

4 Análise das amostras discursivas do *corpus*

Apresentaremos a análise por âmbito, de acordo com a sequência: *Âmbito Social, Âmbito Político, Âmbito Científico, Âmbito Ambiental, Âmbito Ecológico, Âmbito Econômico e Âmbito Jurídico*.

4.1 Âmbito social

O *âmbito social* apareceu na divulgação do tema apenas no jornal *O Liberal*. A participação de atores desse âmbito ocorreu na divulgação das causas do desmatamento. Vejamos:

(1) **Segundo moradores de Ulianópolis¹¹**, servidores públicos municipais e estaduais lotados participam de grupos organizados que *ocupam a área* onde se multiplica o desmatamento ilegal. (OL-01/06/2011)

Nesse excerto, a problemática é provocada pela ocupação de terra por grupos organizados. A referência aos atores é feita a partir da conjunção ‘segundo’, que é uma forma breve da conjunção ‘de acordo com’, empregada no texto da divulgação para atender à brevidade própria do texto jornalístico (VIEIRA, 1999). Essa conjunção serve também para marcar o que Authier-Revuz (1999) chama de heterogeneidade¹² mostrada. Segundo essa autora, a heterogeneidade mostrada da Divulgação Científica – em que se tem a presença marcada de vozes externas à do divulgador – serve para demonstrar que o discurso científico não é homogêneo (AUTHIER-REVUZ, 1999).

¹¹ Todos os grifos dos excertos do *corpus* são nossos.

¹² Maingueneau (1997) apresenta os dois tipos de heterogeneidade propostos por Authier-Revuz: a mostrada e a constitutiva. Segundo o autor, a primeira refere-se às “manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação, enquanto a segunda aborda uma heterogeneidade que não é marcada em superfície [...]” (MAINGUENEAU, 1997, p. 75).

Os atores desse âmbito são categorizados¹³, não possuem “nome” na prática divulgativa e servem como testemunhas porque moram no lugar, logo conhecem a realidade. Além de não serem nomeados, sua participação na divulgação é quase nula, o que pode ser resultado do fato de que a escolha dos atores a serem incluídos nas notícias depende, dentre outros fatores, do poder político e social e da acessibilidade que possuem (VAN DIJK, 1990).

Se, por um lado, os moradores da cidade de Ulianópolis (Pará) representam uma voz-testemunha da possível ocupação voluntária de terra feita por servidores públicos, por outro, a introdução dessa voz representa uma denúncia velada de que a redução florestal teria a colaboração de pessoas de dentro da própria administração pública, já que apresenta uma realidade diferente da que é defendida pelo prefeito da cidade, em outro posicionamento, quanto a estar atuando para impedir o desmatamento. A observação de que se trata de ‘grupos organizados’, a nosso ver, assume a função de denúncia por entrever que a ocupação de terras no local não é fruto somente de pessoas ‘sem-terra’.

Na representação do posicionamento dos atores em questão, temos, acompanhando o termo ‘desmatamento’, o adjetivo ‘ilegal’. Se essa ação é vista como algo negativo, o adjetivo reforça esse sentido, mas também nos leva a refletir sobre a possibilidade de ser considerada legal, como é o caso da exploração autorizada de madeira que, quase sempre, não recebe a denominação de desmatamento, mas de ‘exploração madeireira’.

A inserção do *âmbito social* na divulgação, levando em consideração nosso *corpus*, ocorreu após o debate sobre o tema ter atingido os maiores índices de ocorrência, já que foi quando identificamos um maior número de matérias publicadas sobre o assunto. Essa ampliação do debate ocorreu em maio, em decorrência das discussões sobre o projeto do novo Código Florestal, aprovado pela primeira vez pela Câmara dos Deputados, no dia 25 de maio de 2011, e encaminhado, posteriormente, ao Senado Federal. Essa situação leva-nos a perceber como a presença do debate na prática divulgativa reflete o interesse dos diversos âmbitos dentro das suas práticas sociais (como a política, por exemplo) quanto a destacar ou não determinado fato, dependendo da relação deste com questões sociais, políticas e econômicas.

4.2 Âmbito político

Os atores do *âmbito político* apareceram, no jornal *O Liberal*, atrelados à divulgação das causas e consequências do desmatamento. Já no *A Crítica*, não foram evidenciadas as consequências. Vejamos os exemplos:

(2) ‘Onde tem infração, seja ela *cometida pelo Incra ou por desmatadores*, a fiscalização multa’, **disse a ministra** [do Meio Ambiente, Izabella Teixeira]. (AC-15/10/2011)

¹³ Apesar do termo ‘categorizados’ nos remeter a uma das categorias do inventário de van Leeuwen (1997), a categorização, não vamos nos ater a uma classificação de como os atores são representados, conforme esse autor. Portanto, categorizar, nesta pesquisa, assume o sentido de classificar, agrupar.

(3) **De acordo com os estudos** [de pesquisa elaborada em parceria entre o IPAM, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Governo], cerca de *60% das emissões totais de GEE no Brasil* são provenientes de desmatamento e queimadas, especialmente na Amazônia. O restante provém da queima de combustíveis fósseis na indústria, nos transportes e demais setores. (OL-05/07/2011)

No excerto (2), extraído do jornal *A Crítica*, em decorrência da veiculação de que estaria acontecendo desmate em área de assentamento do Incra, que teria sido multado pelo Ibama, a então ministra de Meio Ambiente ressalta a eficácia da ação desse último órgão, que é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, amenizando a culpa do apontado (também autarquia federal), bem como afastando de si, em virtude do cargo que assume, a responsabilidade pela questão. O desmatamento é representado pelo hiperônimo ‘infração’ que resultaria em multa aos seus agentes, ainda que fosse o Incra. O divulgador apresenta uma dentre outras vozes possíveis, por meio do verbo ‘dizer’, que é considerado, na literatura, como uma forma mais neutra de introduzir um posicionamento (FERRERO, 2011).

No excerto (3), do jornal *O Liberal*, a consequência do desmatamento aparece por meio do processo metonímico referente à troca da causa pelo efeito, qual seja a emissão de gases de efeito estufa para a atmosfera no lugar da consequência relativa ao aquecimento global que, por sua vez, é responsável pelas mudanças climáticas. Segundo Nobre (2007), é consenso entre os cientistas quanto à principal causa do aquecimento global ser o acúmulo desses gases na atmosfera, em decorrência de atividades humanas. Assim, apesar de ser apresentada a consequência do problema, não sendo conhecida a relação emissão de GEE/aquecimento global/mudanças climáticas, não dá para depreender o resultado disso na sociedade. A consequência, portanto, é representada como algo distante da realidade. A informação contempla os *âmbitos ecológico e político*, pois se trata de resultado de pesquisa feita pelo IPAM, pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Governo (CGEE). Ao ser introduzida com a expressão “de acordo com os estudos”, atesta-se a fiabilidade de que as emissões de GEE, no país, são, majoritariamente, provenientes da destruição das florestas (principalmente, da Floresta Amazônica).

4.3 Âmbito científico

A participação de atores do *âmbito científico*, nos dois jornais, ocorreu na divulgação das causas e consequências do desmatamento. Vejamos dois exemplos extraídos do jornal *A Crítica*:

(4) **Ela** [presidente da SBPC] **criticou** o fato de que, em nome de interesses restritos, lideranças ruralistas e ambientalistas **tenham dado as costas** para as possibilidades que a ciência tem a oferecer para a definição de regras e parâmetros que harmonizem a preservação ambiental e a *produção agrícola*. (AC-18/07/2011)

(5) A emissão de gases efeito estufa, que causa o aquecimento global, é feita principalmente pelos países industrializados e pela queima de petróleo, gás e carvão mineral. Entretanto, 12 a 20% desses gases são associados ao desmatamento e agricultura. Se por um lado o desmatamento é um problema, por outro é uma possível solução [Engenheiro Florestal, em artigo de opinião]. (AC-04/12/2011-2)

O excerto (4) apresenta o posicionamento da presidente da SBPC, no qual a agricultura é apontada como a causa do desmatamento, representada como ‘produção agrícola’. A problemática aparece relacionada com o Código Florestal, destacando-se a possível anistia e ocupação de APP (Área de Preservação Permanente) e outras disposições desse Código. A fala da pesquisadora é apresentada tanto como uma crítica como uma denúncia de que o Código Florestal não teria a colaboração da ciência, em função das divergências entre ruralistas e ambientalistas, os quais não teriam considerado os conhecimentos científicos na elaboração desse Código.

No excerto (5), a responsabilidade da emissão de GEE pelo desmatamento é colocada em segundo plano. A culpa é atribuída, prioritariamente, a países industrializados (o que exime o Brasil) e a fontes de energia (petróleo, gás e carvão mineral). O evento em questão é apresentado separado da agricultura (indicada como causadora secundária da emissão de gases), o que dá a impressão de serem ações desassociadas. A redução florestal assume uma possível função de solução frente à economia do país, ao se cogitar que poderia lhe gerar benefícios. O benefício seria o recebimento de investimentos de países industrializados para que o país reduzisse esse evento, em ‘uma relação custo-benefício’ (conforme a matéria AC-04/12/2011-2), como o mecanismo Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD). Dessa forma, o desmatamento, na perspectiva do posicionamento defendido por um Engenheiro Florestal, deixa de ser problema para a sociedade.

4.4 Âmbito ambiental

A participação de atores do *âmbito ambiental* na divulgação, nos dois jornais, ocorreu somente em torno das causas do desmatamento. Seguem abaixo os exemplos:

(6) ‘A atuação do Ibama em Ulianópolis já soma 7,5 mil hectares de áreas embargadas por desmatamento ilegal, principalmente para a *pecuária*. Sobre as denúncias de *ilícitos ambiental* (sic) na fazenda Nova Vida, o **Ibama informa** que a propriedade é palco de graves conflitos agrários e o instituto aguarda a pacificação do local pelas autoridades policiais para poder agir’ [nota divulgada pela superintendência do Ibama]. (OL-01/06/2011)

(7) ‘O Incra cumpre a legislação ambiental e não comete crime ambiental. O desmatamento em assentamentos é cometido pelo *proprietário ou por quem arrenda a terra*. Normalmente, na maioria dos casos, há *madeireiros* que arrendam vários lotes e até pressionam o pequeno agricultor para desmatar. Ameaçam e matam as lideranças que atrapalham o *negócio da madeira*. Há pressão do comércio local, as *serrarias*, que compram essa madeira. Portanto, não é a política de reforma agrária que é a causa do desmatamento. E multar o Incra não resolve o problema. A questão é como estancar a derrubada da floresta, que ocorre inclusive

em áreas de proteção ambiental’, **disse Lacerda** [presidente do Incra]. (AC-15/10/2011)

No excerto (6), extraído do jornal *O Liberal*, a pecuária aparece como a causa principal do problema e também de ‘ilícitos ambiental’ (sic), sem se determinarem as ações contra o meio ambiente que isso envolve. Outros problemas aparecem atrelados à falta de controle da redução florestal: os conflitos agrários e a limitação da atuação do Ibama diante deles, uma vez que este depende da ação da força policial para poder atuar. O desmatamento também é classificado como ‘ilegal’, destacando-se, assim, o fato de ser uma ação negativa. O âmbito é representado pela entidade ‘Ibama’, que vem acompanhada do verbo ‘informar’, o que lhe delega a responsabilidade sobre a informação dada, já que é proveniente de nota que o próprio Ibama divulgou.

No excerto (7), extraído do jornal *A Crítica*, o representante do Incra argumenta que o órgão ‘**cumpre a legislação ambiental e não comete crime ambiental**’; aponta possíveis culpados e ressalta: ‘não é a política de reforma agrária **que é a causa do desmatamento**’; protegendo, assim, a identidade funcional desse órgão, qual seja, de ‘implementar a política agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o **desenvolvimento sustentável**’¹⁴. O representante inocenta o Incra, apresentando uma série de fatores que teriam gerado o desmate nos assentamentos, fazendo com que a defesa assumira um caráter de denúncia, já que a ação de multar do Ibama não estaria surtindo resultado. Com a enumeração dos problemas envolvidos na questão (como: ameaça, morte de liderança, disputa e interesses comerciais) e com a inserção de que o desflorestamento ‘ocorre **inclusive** em áreas de proteção ambiental’, o posicionamento do ator reforça-se, a nosso ver, como uma denúncia da falta de controle sobre a questão. Sua participação é evidenciada a partir do verbo ‘dizer’ e do discurso direto¹⁵, o que lhe imputa a responsabilidade sobre o que diz.

4.5 Âmbito ecológico

A participação de atores do *âmbito ecológico* apareceu, nos dois jornais, atrelada às causas e consequências do desmatamento. Vejamos alguns exemplos:

(8) ‘Pelas declarações do senador Jorge Vianna, pelas disposições feitas no Senado, que apresentou um debate muito mais racional (em relação ao da Câmara dos Deputados), acredito, (sic) que o relatório dele será bem mais equilibrado entre proteção e conservação dos recursos florestais e *produção agropecuária*. É um relatório que aponta para a convergência, até porque o relator Jorge Viana, (sic) conhece muito bem esses dois lados: o do *agronegócio* e o da proteção e conservação das florestas’, **destaca Adalberto Veríssimo, pesquisador sênior do Imazon** no Pará. (OL-07/11/2011)

¹⁴ Informação disponível em: <http://reforma-agraria-no-brasil.info/mos/view/O_INCRA/>. Acesso em: 28 nov. 2013.

¹⁵ Segundo Maingueneau (1997), o discurso direto é uma das tradicionais amostras da heterogeneidade enunciativa e representa um tipo de encenação de uma enunciação precedente.

(9) **Organizações ambientalistas internacionais** [da CAN] **acusaram** o Brasil de estar acendendo ‘uma verdadeira bomba de carbono’ com a reforma do *Código Florestal*. (AC-04/12/2011-1)

No excerto (8), extraído do jornal *O Liberal*, o representante do Imazon, em seu posicionamento sobre os rumos da reformulação do Código Florestal, menciona, ainda que indiretamente, a agropecuária (‘produção agropecuária’) como sendo responsável pelo desmatamento e apresenta suas expectativas de que o relator do projeto no Senado estabeleça a conciliação entre os dois lados norteadores do debate sobre aquele Código, quais sejam, o ruralista e o ambientalista. Ele também justifica seu ponto de vista e ainda tece uma crítica ao dizer que ‘pelas disposições feitas no Senado, que apresentou um **debate muito mais racional** (em relação ao da Câmara dos Deputados)’. A fala do ator é evidenciada a partir do verbo ‘destacar’ e do discurso direto, com referência à sua área de atuação ‘pesquisador sênior’.

No excerto (9), extraído do jornal *A Crítica*, o Brasil é ‘acusado’ por ONGs que fazem parte da CAN, o que o coloca como se estivesse em julgamento em função do possível aumento das emissões de gás carbônico, por causa da reforma do Código Florestal. Ao país é atribuída a conotação de ameaça ao mundo, por estar acendendo ‘uma verdadeira bomba de carbono’, numa mistura do posicionamento do divulgador com o das ‘organizações ambientalistas’. Essa representação do país como ameaça é reforçada com o emprego do termo ‘bomba’. A consequência apontada é o aquecimento global, pois, segundo Belmiro Castro (2010), de todos os gases existentes na atmosfera, o gás carbônico é o maior responsável pelo efeito estufa.

4.6 Âmbito econômico

Os atores do *âmbito econômico* apareceram, no jornal *O Liberal*, atrelados à divulgação das causas e consequências do desmatamento. Já no *A Crítica*, não houve abordagem das consequências. Vejamos dois exemplos extraídos do jornal *O Liberal*:

(10) Onde se situa o produtor rural do Pará e da Amazônia diante desse cenário grotesco criado pela ‘republiqueta’ Brasil? Essa praga, o Código Florestal, deve ser combatido (sic) senão vai devorar rapidamente a *lavoura e o gado*. Os produtores rurais que carregam esse país nas costas há décadas, nesse momento crucial da economia brasileira, estão olhando de longe a ‘morte’ chegar sem uma reação contundente que rechace essa loucura governamental. São 27 federações de Agricultura, 2.300 sindicatos rurais e 1,7 milhão de produtores perdendo, sendo acuados por ‘meia dúzia’ de ambientalistas, ONGs e instituições governamentais declaradamente inimigas do produtor rural [Produtor rural, em artigo de opinião]. (OL-26/05/2011)

(11) Segundo pesquisa da Embrapa, a Academia de Ciências dos Estados Unidos, em Trabalho (sic) da Universidade de Nova York, que quantificou a perda da floresta no mundo entre 2000 e 2005, nos países que tinham mais de 1 milhão de km², quem mais perdeu floresta no mundo? O Brasil, com 164.000 km². Qual o segundo? O Canadá, com 160.000 km², ou seja, só 4.000 km² menos que o Brasil. Alguém ouviu falar do desmatamento do Canadá? Alguma ONG fez campanha

contra? Agora vejamos esse cenário de outro jeito, em números relativos. Os EUA desmataram 6%, o Canadá 5% e o Brasil apenas 3,6%. O que chama atenção nesse cenário é que eles não põem na conta deles *as emissões de CO2*, só a do Brasil. A partir desse exemplo e de muitos outros é que o governo brasileiro não pode mais aceitar a política ambiental imposta pelos países desenvolvidos, o que mudará o destino da Amazônia com o novo ciclo de desenvolvimento, desde que ajustado aos interesses legítimos do Pará [Economista, em artigo de opinião]. (OL-20/10/2011)

No excerto (10), possíveis causas do desflorestamento ('a lavoura e o gado') são apresentadas como vítimas do Código Florestal, já que, por meio da analogia 'praga', esse Código é representado como inimigo da agricultura e da pecuária. Os praticantes dessas atividades são representados como o pilar do país, em 'os produtores rurais que **carregam esse país nas costas** há décadas'. O Código Florestal, diante disso, é apontado como sendo objeto de interesse de uma minoria da sociedade: 'meia dúzia' de ambientalistas, ONGs e instituições governamentais'.

O excerto (11) apresenta o posicionamento de um economista, no qual a emissão de gás carbônico é associada com o desmatamento que, por sua vez, é representado como 'perda da floresta'. Nessa fala, o ator cita dados do desflorestamento em dois países desenvolvidos, denunciando que apenas do Brasil é cobrada a redução das emissões do gás. Citando esses dados e por meio de diversas perguntas retóricas, o ator acusa, veladamente, tais cobranças como sendo parte de uma 'política ambiental imposta pelos países desenvolvidos', sendo, portanto, desnecessário seu cumprimento pelo nosso país. O ator também apresenta a Amazônia e, especificamente, o Pará como possíveis beneficiados em caso de se rejeitar essa política. A informação de que o Brasil foi quem mais 'perdeu floresta no mundo' é superada pela informação de que, em termos relativos, ele ficou em terceiro lugar, já que possui um território maior que os Estados Unidos e o Canadá, ou seja, esses países teriam desmatado mais.

4.7 Âmbito jurídico

O *âmbito jurídico* apareceu apenas no jornal *O Liberal* e sua participação envolveu as causas e consequências do desmatamento. Vejamos:

(12) Agora, inadvertidamente, talvez para livrar de multas milionárias e beneficiar quem se deu à prática de desmatamentos irregulares o novo Código Florestal *prevê anistia para multas impostas*. Exurge (sic) evidente que não é o estatuto que sai prejudicado por sua aprovação. O principal risco de prejuízo é para o Estado de Direito [Advogado, em artigo de opinião]. (OL-15/07/2011)

(13) Entendo que a luta contra as *mortes e os crimes de desmatamento* e de grilagem só poderá ser vencida se houver um trabalho forte e integrado entre a União Federal, o Estado do Pará, o Ministério Público e o Judiciário. Isso porque enfrentamos uma luta desigual. O Estado está ausente daquela região por falta de recursos e assim não adota nenhuma política de inclusão e de reforma agrária. Só o que faz é responder quando várias vidas são ceifadas [Presidente da OAB, em entrevista]. (OL-05/06/2011)

No excerto (12), o ator social apresenta a possível anistia, que o Código Florestal asseguraria a agentes de desmatamento como sendo um prêmio para esses. Nesse caso, a anistia pelo desflorestamento em reserva legal não estaria na posição de causa do problema, mas de prêmio pela realização dessa ação no passado. O ator tece a acusação (ainda que modalizada, com o uso do advérbio ‘talvez’) de que esse dispositivo teria sido criado para beneficiar determinadas pessoas, subtendendo que o Código Florestal atenderia aos interesses de determinado grupo. O que torna o Código Florestal passível de descrédito, por permitir a impunidade da ‘prática de desmatamentos irregulares’. O desmatamento aparece acompanhado do adjetivo ‘irregulares’ que, a nosso ver, além de especificar a ação que seria incentivada, tem um peso negativo menor do que ‘ilegais’, ainda que o termo ‘ilegal’ tenha perdido o valor argumentativo, por estar naturalizado discursivamente. O posicionamento assume a função de advertência ao se sustentar que ‘o **principal risco** de prejuízo é para o Estado de Direito’, atentando para as possibilidades de tais medidas agravarem o problema.

No excerto (13), em uma postura de cobrança de atitudes por parte das autoridades e, ao mesmo tempo, de denúncia da falta de políticas públicas para resolver a questão, o ator aponta a morte de ativistas como sendo consequência do desmatamento. Em seu posicionamento, o advogado critica o governo por não atuar com frequência no enfrentamento da questão, ‘**só o que faz** é responder quando várias vidas são ceifadas’ e aponta o descaso: ‘o Estado está ausente daquela região’, o que faz recair sobre as autoridades a culpa pelas mortes relacionadas com a redução florestal.

5 Algumas considerações

A análise empreendida neste trabalho centrou-se nos posicionamentos favoráveis e contrários ao desmatamento, no que tange às suas causas e consequências. A identificação dos atores participantes da divulgação do tema em questão nos jornais *O Liberal* e *A Crítica*, por meio da distribuição nos *âmbitos social, político, científico, ambiental, ecológico, econômico e jurídico*, levou-nos à constatação de que houve uma participação mais diversificada no jornal *O Liberal*. Nesse jornal, houve a presença dos *âmbitos jurídico e social*, ausentes no jornal *A Crítica*.

Os posicionamentos dos atores, por sua vez, concentraram-se, majoritariamente, nas causas, relacionadas ou não com o Código Florestal. Apesar das implicações sociais da questão atualmente, as consequências pouco foram contempladas. Quando contempladas, pouco se relacionaram diretamente com a realidade social. As causas divulgadas, mais vinculadas a questões político-econômicas, não foram acompanhadas dos agentes causadores e, quando foram, a referência foi velada. Muitas vezes, a problemática foi atenuada, como em posicionamentos em que atividades tidas como suas causadoras de desmate foram inocentadas desse papel ou foram representadas como responsáveis por efeitos positivos, apenas. Esse panorama da participação dos âmbitos confirma que a escolha das vozes e do que elas abordam revela conflitos de interesses que extrapolam a necessidade de respaldar a informação divulgada e

“repercute de forma determinante na orientação argumentativa da notícia que se divulga” (FERRERO, 2011, p. 109).

A divulgação das causas e consequências da problemática ambiental atrelou-se à participação dos atores de diversos âmbitos. Vejamos o quadro dessa participação, conforme esta amostragem:

Âmbito	Atores sociais	Tema	Elementos
Social	Moradores de Ulianópolis (PA)	Causas	Ocupação de terra por grupos organizados
Político	Ministério de Meio Ambiente	Causas	Assentamento agrário
	Governo Federal	Consequências	Aquecimento Global
Científico	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência	Causas	Agricultura
	Pesquisador/articulista	Consequências	Aquecimento global
Ambiental	Ibama	Causas	Pecuária
	Incrá		Exploração madeireira
Ecológico	Imazon	Causas	Pecuária
	Rede de Ação Climática	Consequências	Aquecimento global
Econômico	Agropecuaristas	Causas	Agropecuária
	Economistas	Consequências	Aquecimento global
Jurídico	Advogados	Causas	Possível anistia e ocupação de APP
		Consequências	Morte de ativistas

Quadro 1 - Panorama da participação na divulgação debate: causas e consequências.

Apesar da diversidade de âmbitos que participaram da divulgação debate, cada âmbito tratou o tema a partir de suas práticas sociais, e a relação causa/consequência/desmatamento poucas vezes ocorreu de forma direta. Dentro do *âmbito ambiental*, por exemplo, diante das multas recebidas do Ibama, o representante do Incra problematizou a atuação daquele órgão e a Ministra do Meio Ambiente, ao qual aquela autarquia se vincula, caracterizou essa ação de multar como trabalho eficiente.

Considerando a configuração de um amplo debate entre os âmbitos, identificamos uma certa polêmica na participação dos atores, quando da divulgação das causas do evento em se tratando das discussões sobre os dispositivos do Código Florestal poderem desencadear desmatamento. A polêmica que gerou o debate na divulgação não foi essa ação em si, suas causas e consequências, mas os fatores que estando relacionados com o Código Florestal poderiam interferir nos interesses dos diversos âmbitos como, por exemplo, na necessidade de reflorestar reservas legais.

Os posicionamentos, em geral, mencionaram a importância da questão econômica, como podemos notar nas referências: ‘produção agrícola’ e desmatamento como solução (*âmbito científico*), ‘produção agropecuária’ e os ‘dois lados: o do

agronegócio e o da proteção e conservação das florestas’ (*âmbito ecológico*), ‘produtores rurais’ que sustentam o país (*âmbito econômico*).

Com base nessas observações, podemos notar como a prática divulgativa é influenciada pelos diversos atores que dela participam. A divulgação debate, quando se realiza a partir da participação diversificada de atores sociais, é um instrumento que pode ajudar na construção de perspectivas mais democráticas a respeito de questões ambientais tão importantes na atualidade. Estar atento à configuração do debate pode nos ajudar a refletir como os discursos públicos são construídos na mídia impressa e em que medida podemos estar sendo influenciados por eles, ainda que não retratem fielmente a realidade socioambiental divulgada.

Referências bibliográficas

- ALBAGLI, Sarita. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 396-404, set./dez, 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/465/424>>. Acesso em: 05 abr. 2014.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Dialogismo e divulgação científica. **Rua: revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade**. Número 5, Campinas, SP, março de 1999, p. 9-15.
- CALSAMIGLIA, Helena. Divulgar: itinerarios discursivos del saber. Una necesidad, un problema, un hecho. **Quark**, Barcelona: Observatorio de la Comunicación Científica, Universitat Pompeu Fabra, n. 7, 1997, p. 9-18.
- CASSANY, Daniel; LÓPEZ, Carmen; MARTÍ, Jaume. La transformación divulgativa de redes conceptuales científicas. Hipótesis, modelo y estrategias. **Revista Discurso y Sociedad**. Barcelona: Editorial Gedisa, n. 2, 2000, p. 73-103.
- CASTRO, Belmiro Mendes *et al.* O mar de amanhã, com as mudanças climáticas de hoje. **Ciência e Cultura**, v. 62 n. 3, São Paulo, 2010, [s/p]. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?>>. Acesso em: dez. 2013.
- CATALDI, Cristiane. **Los transgênicos en la prensa española: una propuesta de análisis discursivo**. 409f. Tese (Doutorado). Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2003.
- . A definição utilizada como estratégia divulgativa sobre transgênico na mídia impressa. **Vertentes**. São João del-Rei: UFSJ, n.32, 2008, p. 256-265.
- . O Discurso sobre ciência: os transgênicos em foco na mídia impressa. In: GOMES, Maria Carmen Aires; MELO, Mônica Santos de Souza; CATALDI, Cristiane. (Orgs.). **Estudos discursivos em foco: práticas de pesquisa sob múltiplos olhares**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011, p. 71-92.
- CIAPUSCIO, Guiomar. Linguística y divulgación de ciencia. **Quark**, Barcelona: Observatorio de la Comunicación Científica, Universitat Pompeu Fabra, n. 7, 1997, p. 19-28.
- FERRERO, Carmen López. A mescla de vozes em artigos jornalísticos: o caso da “vaca louca”. In: GOMES, Maria Carmen Aires; CATALDI, Cristiane; MELO, Mônica Santos de Souza (Orgs.). **Estudos discursivos em foco: prática de pesquisa sob múltiplos olhares**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011, p. 93-110.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- NOBRE, Carlos. O aquecimento global é um consenso científico: entrevista [10 de setembro de 2007]. Minas Gerais: UFMG. **Boletim**, n. 1581, ano 33. Entrevista concedida a Ana Maria Vieira. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/boletim/bol1581/index.shtml>>. Acesso em: 17 mar. 2013.

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo científico**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

VAN DIJK, Teun A. **La noticia como discurso**: comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Paidós Comunicación, 1990.

VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos atores sociais. In: Pedro, Emília Ribeiro. **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Editora Caminho, 1997, p. 169-222.

VIEIRA, Cássio Leite. **Pequeno manual de divulgação científica**: dicas para cientistas e divulgadores de ciência. Rio de Janeiro: Ciência Hoje/Faperj, 1999.

ABSTRACT: In this work, we propose to analyze the construction of Discourse concerning the deforestation in the Amazon and its causes and consequences generally spread on the newspapers “O Liberal” and “A Critica”. As a result, we intend to contribute to reflection on the public discourse formation on the Brazilian media. The research *corpus* is composed of 38 articles published in 2011 (26 were extracted from the “O Liberal” and 12 from “A Critica”). Based on the theoretical and methodological perspective of Discourse Analysis of Scientific Communication (CASALMIGLIA, 1997, 1996; CASSANY ; MARTI , 1998; CASSANY ; LOPEZ ; MARTI , 2000; CATALDI , 2011; 2009; 2008; 2003; CIAPUSCIO, 1997; FERRERO, 2011), we identified and analyzed the positions of social actors coming from different fields, observing how it is performs their participation in the Disclosure Debate. We verified from the theoretical discussion and analysis that the disclosure debate in the newspaper “O Liberal” benefited more the social debate because, unlike “A Critica”, it had the presence of *social* and *legal spheres*. Analyzing the views of social actors, we found that often the problematic of ‘deforestation’ is diminished and the cause/ consequences/ deforestation relation was rarely evident. Overall, despite the diversity of *spheres* that participated in the disclosure debate, each part treated the issue from their social practices.

KEYWORD: Discourse analysis. Disclosure debate. Deforestation.